

**Acción
Realis-
ta**

**revista
quinzenal**

Na séde da Acção Realista recebem-se donativos para a Assistencia aos Monarquicos Necessitados.

SUMARIO

<i>Carta aberta aos meus amigos e companheiros (aspecto politico)</i>	por H. de Paiva Couceiro
<i>Outra vez os literatos verdadeiros</i>	» José Osorio de Oliveira
<i>Os Enfermeiros de Lazaro</i>	» Luiz Chaves
<i>Écos.</i>	
<i>O problema nacional</i>	» Antonio Fonseca
<i>Acção Realista Portuguesa.</i>	

Redacção e administração — Rua da Barroca, 59, s/loja
Editor — Antonio Ferreira Junior
Assinaturas (pagamento adiantado) — Série de 10 n.ºs, 10\$000 réis
Numero avulso — 1\$000 réis.

Dois pedidos fazemos hoje aos nossos estimados leitores :

1.º que concorram, na medida das suas posses, para a subscrição do diário da Acção Realista ;

2.º que cada um consiga, pelo menos, mais um assinante desta revista.

QUEREIS DINHEIRO?

JOGAE NO

Lama

R. do Amparo, 61

LISBOA

Telefone N. 4020

ACÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES



Passa hoje o aniversário natalício de S. M. El-Rei Dom Manuel II. A Acção Realista Portuguesa sauda S. M. e faz votos por que Deus aproxime o dia glorioso em que a sua legítima autoridade de Rei e de Chefe virá libertar-nos da vil tristeza que desceu sobre a nossa Pátria

CARTA ABERTA AOS MEUS AMIGOS E COMPANHEIROS

II

ASPECTO POLITICO

Para levantamento da nossa Patria alquebrada e decabida, trata-se por nossa parte, — creio eu — de provocar uma reacção nacional.

Parece por consequencia que o programa da Causa Monarchica deveria incluir os potenciaes d'estimulo e d'esperança apropriados para suggestionar o animo publico e para incutir-lhe os vigores da Fé, criando assim a alavanca e a atmospheria moral d'essa reacção que temos em vista. As perspectivas de radical reformismo que, por meio d'esse programa, se figurassem perante os olhos do Publico deveriam ter conformações adequadas para despertar as confianças e para atrahir a convergencia de grande numero de boas vontades, n'um alto espirito d'energia dynamica, e d'enthusiasmo e disciplina patriotica.

Ora a Restauração da Monarchia Cartista de 1910 não é programa que satisfaça a esses requisitos d'excitação salvadora. É, antes pelo contrario, — segundo me parece — programa com todas as feições de legitimo e cathgorico apagadôr. Na minha opinião, não só não serve, mas chega ao ponto de prejudicar altamente.

*

Pensando, pois, em novas estruturas que esquivem quanto possivel os males attribuidos a essa Monarchia de 1910, convem primeiro pôr em fóco a natureza d'esses males, como quem levanta um farol no escólho que quer evitar. Amarga é a critica a tal respeito. Por isso mesmo resalvarêmos desde já o tributo devido a tantos homens publicos, distinctos pelo seu talento e patriotica dedicação que, durante a epocha do Constitucionalismo, bem serviram o seu Paiz apezar da nocividade do regimen.

*

Não é portanto com os homens a questão, mas sim com as Instituições. Quer dizer, com esse regimen que indistinctamente chamarêmos Constitucionalismo, Liberalismo, ou Parlamentarismo, monarchico ou republicano. Regimen cujo exercicio practico é inseparavel das *eleições inorgânicas* porque eleitoralmente só conhece os individuos isolados e desconnexos entre si; e inseparavel dos *partidos* porque sem estes intermediarios artificiaes seria impossivel a marcha dum systema que não admite politicamente os intermediarios naturaes, quer dizer os Municipios, Corporações, e outras colectividades d'espontanea formação social.

Eleições inorgânicas e partidos políticos, — eis a synthese, substancia. e alicerce, de todo o edificio Constitucionalista.

Nas alturas em que nos encontrámos, julgo dispensavel um libelo circunstanciado contra *eleições e partidos*, — tanto elles incorreram por si mesmos no descredito e na execração do Publico. Limito-me, pois a acentuar laconicamente os vicios, — que outro nome não póde dar-se-lhes, — d'esses vehiculos de decadencias, repetindo a tal respeito aquillo que, aliás, todo o mundo sabe, excepto quem não deseja saber.

Isto é, que as eleições, n'este Paiz pelo menos, nunca passaram d'uma pomposa mystificação, por meio da qual se fabrica ao sabor de Governos e partidos, uma intitulada Representação Nacional, implicitamente falsa e ficticia, por desnaturamento d'origem.

¿ Ou não será esta a verdade pura e notoria ?

Com a agravante de que os processos d'esse fabrico representam uma propaganda pelo facto, e uma escola efectiva, irradiando, contaminando e ensinando, á Grey Portuguesa, injustiças e violencias fraudes e venalidades, pela acção e pelo exemplo dos Governos e partidos, isto é d'aquelles proprios dirigentes officiaes, de quem a mesma Grey só deveria receber lições d'equidade, lisura e honradez.

¿ Ou não será este o phenomeno experimental reconhecido e incontestavel ?

Com a agravante, ainda, de que as eleições feitas pelos Governos conduzem estes, por vitaes necessidades d'existencia, a concentrar nas suas mãos todos os meios d'alicia-mento e pressão, isto é, todo o poder e autoridade para nomeações, decisões, e despachos, mesmo os de mais apoucada regedoria e somenos importancia. Impedindo assim, inteiramente e estruturalmente, quaesquer tendencias no sentido descentralizador, e contradizendo, e tornando em mera phraseologia, illusoria e ôca o « Governo do Povo pelo Povo », que o Constitucionalismo, no emtanto, afirma ser o seu principio fundamental.

¿ Ou não estará absolutamente demonstrada e comprovada a tutela omnipotente e Açambarcadôra do Terreiro do Paço, exercida, ainda por cima, não a beneficio do Povo, mas ao serviço da tactica eleitoral ?

Quanto a partidos, — ¿ quem, entre os Portuguezes desinteressados e patriotas, os não conhece e abomina como fermento relapso de divisões e intrigas, — instrumento de mesquinhas ambições pessoaes, — causa imediata d'instabilidades e impotencias governativas, — e verdadeiro órgão do favoritismo e do parasitismo, pagos á custa do Erario publico, — tudo isto para proveito exclusivo, e vantagem particular, dos interesses politican-tes e para satisfação e acrescimo das hostes partidarias, com sacrificio escandaloso e evidente dos mais altos e sagrados interesses geraes e nacionaes ?

¿ Não está o Paiz assistindo com indignação á obra criminosa dos partidos da Republica ?

¿ Não vive ainda na opinião publica a memoria dos acontecimentos anteriores ao advento da mesma Republica, e a lembrança do espectáculo, profundamente desconsolador e confrangente, que então ofereceram os inoperantes partidos da Monarchia, canalizando, precipitando, e facilitando, pelas suas fraquezas e desavenças entre si, e pelas suas abdi-cações perante os contrarios, a queda das Instituições que lhe cumpria sustentar e defen-der ?

A verdade é que esse regimen parlamentarista se apresenta em decomposição e tran-

ACÇÃO REALISTA

ses de falencia, não apenas no nosso Paiz, mas, mais ou menos, em todos os outros, especialmente nos Paizes latinos.

Falencia cuja liquidação se accelera sob o impulso da metamorphose que se está operando, por toda a parte, nas ideias, e nas organizações sociaes e economicas, — a qual metamorphose representa, por si mesmo, uma reacção anti-parlamentarista.

E falencia cuja causa proxima deve procurar-se nos proprios defeitos intrinsecos do systema, que nem sequer consegue, — antes pelo contrario, — preencher os fins principaes para que foi criado. Visto que, — em vez de fiscalisar e limitar as despesas de Estado, — se tornou n'uma fonte de dissipações d'incontinencias orçamentaes. Em vez de promover paz, equilibrio e unidade nacional, pelo contacto entre os representantes do Povo, e auctoridade do Estado, — se tornou, dentro dos Paizes que o adoptam, um agente provocador d'antagonismos estereis, organisando e colocando frente a frente os interesse illicitos dos varios bandos partidarios.

¿ É esta calamidade que pretendem ressucitar ?

¿ Não será com a minha concordancia. Porque entendo que essa forma de Restauração Monarchica é prejudicial ao Bem Publico. E portanto intoleravel sempre como objectivo oficial dos esforços monarchicos ; e só admissivel como ponte de passagem na hypothese de não haver melhor caminho, hypothese que julgo falsa na hora presente.

¿ Então, quê ?

*

« Eleições inorganicas » e « partidos politicos », eis a causa da dissolução nacional e do quebrantamento do character e das virtudes individuaes, no nosso Paiz. *Eleições e partidos*, eis, pois, o inimigo.

Os *partidos*. todavia, são associações, e como tal ninguem póde negar-lhes o direito á existencia nos termos das leis. Nem ninguem o pretende. O que se pretende é tão sómente suprimir as funções constitucionaes dos *partidos* como chave mestra de todo o machinismo politico. Teem elles sido, com efeito, entre o Estado, e a turba multa dos eleitores, os unicos organismos politicos interpostos, e, graças a essa posição estrategica, os unicos acumuladores, organisadores, e beneficiarios, das votações individualistas. Universaes detentores do sufragio universal, e, sobre esse alicerce, monopolistas tambem universaes do Poder Publico, cujo sceptro empunham, segundo as alternativas das suas brigas ou « *combinazioni* » incessantes.

Em face, ou antes debaixo d'esse privilegio explorado por uma minoria relativamente insignificante de profissionaes da carreira politica, a Nação authentica paga os tributos, e supostamente soberana de 4 em 4 annos, nos dias das eleições, é, na realidade, e sempre, a humilde postulante dos seus proprios interesses, subordinados aos interesses dos syndicatos da profissão politica.

É isto que tem de acabar.

*

E cahirá, por si só, todo esse feitiço enervante logo que o sufragio passe a ser organizado, — não pela via artificial dos Governos e partidos, — mas pela via natural da

própria Nação organizada, isto é, fazendo-se, dentro dos organismos municipaes e corporativos, os recenseamentos e as votações.

Assim se obtem desde logo a moralisação do voto, e a sua expressão verdadeira. Porque, — emquanto o eleitor não organizado, — quer dizer o eleitor de modelo Constitucionalista, — tende naturalmente, no ambiente partidario de suborno e arranjismo, para obedecer ao egoismo humano, votando, a troco de conveniencias particulares, sobre candidatos de partidos e sobre estupendos elixires de governação, que varias vezes nem mesmo conhece nem alcança, — succede o contrario aos votantes sociaes e regionaes, visto que estes incorporados nos proprios organismos integradores dos seus interesses imediatos e proximos, escolhem em plena objectividade e conhecimento de causa, procurando eleger, e elevar á Presidencia e ás Juntas directoras dos agrupamentos, entre os seus circunvisinhos ou consocios que bem conhece, os mais competentes e capazes. Eleições consciences, em logar de mercados de consciencias. E porta fechanda aos cambalachos dos partidos, e da sua cauda d'influentes e galopins.

Isto é, inteiramente modificado o funcionamento politico do Paiz, pela eliminacão da sua antiga base eleitoral e partidaria, arrancando-se aos profissionaes da politica a cathedra das urnas, e libertando-se, «ipso facto», das perturbações do favoritismo, systematico e organizado, a Admistração e o Thesouro publico.

Dir-se-ha que a Representação Nacional assim constituída incluye desde logo, em virtude do proprio processo que se emprega, a presença certa d'interesses particularistas e eventualmente antagonicos entre si, alguns d'elles. E' exato. Succede, porêm, o mesmo nas Camaras parlamentaristas formadas por grupos e sub-grupos partidarios. Com a diferença essencial, todavia, de que estes ultimos são interesses parasitarios e ilicitos e portanto inadmissiveis, — emquanto que os primeiros são interesses licitos, d'organismos componentes naturaes da Nação, e, por isso mesmo, com direito implicito a assento em Côrtes.



Estes proprios considerandos nos levam ao problema da Constituição do Estado, cuja solução depende, claro está, dos fins que a Nação tenha em vista, ao constituir-se.

Não é, com efeito, questão de mera casualidade a grandeza, ou o resurgimento dos Povos. Como todos os aperfeiçoamentos, é questão de methodos, quer dizer de Instituições. E não apenas questão d'homens, como erradamente, a meu ver, muitos pensam. Ha methodos destructivos, como esse parlamentarismo desastroso, — republicano ou monarchico, — cuja influencia corrosiva, especie de sulfurico politico tanto tem desfigurado e afligido os Portuguezes. E ha methodos constructivos, á sombra dos quaes se procura, e se póde conseguir, mais ou menos, a cooperação de todas as forças nacionaes, sociaes e economicas afastando dos fundamentos do edificio as guerras politicas interpartidarias, e as guerras sociaes entre o capital e o trabalho.

O methodo constructivo logico e integral é a doutrina do Nacionalismo puro, e a doutrina da Monarquia Nova, conforme a entendemos.



O Estado segundo essa doutrina constitue-se partindo do principio de que a Nação não é uma simples justaposição de individuos, desarticulados entre si. Mas é, pelo contrario, um conjunto organico, — um corpo colectivo, vivaz e eterno, — com interesses permanentes superiores aos traseuntes ephemeros da vida, que são os homens, para quem, precisamente, essa supremacia do Interesse geral e nacional é o melhor escudo dos seus interesses pessoaes.

Partindo do principio tambem de que o objectivo da Nação Portugueza constituida não é o homem superior á Sociedade. Quer dizer, não é a manutenção, com preferencia a tudo o mais, das prerogativas do homem individual, independente dos outros homens, conforme os conceitos falsos e desagregadores da philosophia individualista, Egeria infliz do chamado Direito Publico moderno.

Mas é, pelo contrario, realizar em comum, quer dizer, sob forma social, os fins e conveniencias humanas dos portuguezes, vivendo juntos como colectividade independente e livre, e continuando sobre o territorio portuguez a historia de Portugal. E' para realizar este objectivo da Nação Portugueza, segundo o Direito, que se constitue o Estado Portuguez. E é portanto este mesmo o objectivo, concreto e determinado, que a nossa Constituição deve ter em vista, sem se preocupar absolutamente nada com formularios liberaes cujas frondosas ramagens de chimeras, hypocrisias e mentiras envolvem na copa — cada vez mais para a esquerda — a gestação do anarchismo, fructo logico d'essa arvore das illusões que matam.



«Res eodem modo servantur quo generantur», — as cousas conservam-se pelo mesmo modo que as gerou, — diz a consagrada maxima de S. Thomaz. Melhor que a Carta Constitucional de 1826, que é producto extrinseco, póde por consequencia inspirar-nos o espirito intrinseco das velhas Instituições Portuguezas as quaes mostram ao vivo os principios e os modos de construir uma Patria, e de levantá-la depois a esses pincaros magestosos do poder e do prestigio, onde vivemos «in illo tempore». Quem nos dera voltar para traz !

Esta exclamação perfeitamente justificada pelo confronto das situações, anterior e presente, requer, todavia, sob o ponto de vista especial, que aqui se trata, um ligeiro parenthesis d'Historia, preventivo contra eventuaes equivocos, — embora a cultura do publico bem dispensasse estamos certos d'isso, — tal cautela da nossa parte.



Nos primeiros seculos da sua vida historica a Nação Portugueza foi organizada, e nomeadamente o estava na epocha culminante do Rei D. João I, de Boa Memoria. Havia um Poder governativo exercido pelo Rei com o seu Conselho, onde entravam : *Nobres* que eram os chefes de guerra do tempo, — *Eclesiasticos*, interpretes da Fé e da lei moral, e, — *Letrados* com a voz do Direito e de Jurisprudencia. E havia, por intermedio das Côr-

tes, a Representação do Paiz, o qual se apresentava, não como massa amorpha de cidadãos desligados, mas como um conjuncto de colectividades constituídas. Clero, Nobreza, Municipios e Corporações d'ofícios. 42 vezes se reuniram as Côrtes durante os 96 anos de 1385 a 1481. Era pois, falando em estylo moderno, uma Monarchia limitada e representativa, a Monarchia Tradicional Portugueza, e não uma Monarchia absoluta.

A partir de 1481 é que principia com D. João II a transformação da Monarchia Tradicional, em Monarchia absoluta, atingindo esta o seu auge no tempo de José I que — Esse sim — legislava de «motu proprio, sciencia certa, poder real, pleno e supremo» com o seu autocratico ministro, marquez de Pombal, o proprio cuja memoria o liberalismo d'hoje escolheu, por estranha interpretação, para symbolo precursor da sua bandeira doutrinaria.

Finalmente, de 1834 para cá, entramos na era do Constitucionalismo, que é apenas o enxerto das ideias da Revolução Franceza nas Instituições de Portugal. Segundo as quaes em França se suprimiram as assembleias provinciaes e os Agrupamentos Corporativos de Profissões, Artes e Ofícios, dando logar ao typo individualista da sociedade moderna, e ao modelo de Constituições que estabelecem Estados Centralizados e Omnipotentes, em face de massas desorganizadas de cidadãos eleitores.

Quanto á natureza das Instituições, n'um aspecto geral, vê-se pois que os nossos 8 seculos d'Historia abrangem 3 periodos : 1.º da Nação organizada, ou Monarchia Tradicional ; 2.º d'evolução absolutista ; e 3.º da *Nação inorganica*, ou Monarchia Constitucional.

No 1.º periodo, a politica da *Nação organizada* educou a raça, e conformou-a nos moldes d'excellente materia prima humana, rica de fortes virtudes, crenças vigorosas, e sans disciplinas.

A politica do 2.º periodo colheu os fructos, aproveitando em grandiosos empreendimentos de Descoberta e Imperialismo mundial, essa materia prima de egregias excellencias, criada pelo 1.º

Coube á politica do 3.º periodo, *Nação inorganica*, voltar do avesso a obra do 1.º, levando-nos á phase declinante das virtudes que desfalecem, das crenças que se apagam, e das disciplinas que se quebrantam, estado pathologico, que é a ante-camara da subversão final.

Ocioso será acrescentar que é o 1.º periodo (Nação organizada) e não o 2.º, (evolução absolutista), o objecto das nossas referencias. quando aludimos ás Velhas Instituições, e á Tradição Monarchica de Portugal.

Monumentos como aquelles que nos pintam os factos magnificos d'esse Passado de fama imorredoura, não se erguem, na emtanto, sem que o regimen politico correspondente tenha uma estrutura capaz d'assegurar unidade, estabilidade e continuidade no Governo, no Estado, e na Nação. Indo d'alguma forma ao encontro do egoismo natural, e inevitavel dos individuos e agrupamentos sociaes e regionaes. que representam de facto uma força de tendencias desagregadoras e centrifugas. A mechanica indica portanto a

necessidade imprescindível d'uma força cimentadora e centripeta, que produza e mantenha o equilibrio, concertado e coherente, do conjuncto. Essa força será o Estado forte.

Mas *Estado forte*, d'uma *Nação forte* tambem, por sua parte.

E forte nunca será a Nação cujas actividades, individuaes e associativas, forem neutralizadas e educadas no papel de cera molle, e de titere subserviente d'um regimen de centralisação, metidoço, tyranico, e mesquinho, — tal como é, — e tem de ser — o regimen parlamentarista.

Forte só poderá ser, pelo contrario, aquella Nação cujas qualidades de raça, em vez de anemizadas e atrophiadas, pela falta d'uso, forem desenvolvidas e virilizadas pela gymnastica das suas iniciativas. na escola pratica das autonomias locaes, sem outras interferencias do Estado, que não sejam aquellas que ao Estado pertencem como federador e equilibrador d'essas autonomias diversas, e representante do Interesse geral e nacional.

O regimen que queremos obedece, pois, ao principio d'uma larga descentralisação para exercicio d'autonomias regionaes e sociaes, coincidindo com uma Centralisação energica em quanto se refira ao exercicio do Poder superior, unitario e continuo, da Nação permanente.

Assim teriamos Povo soberano, á sombra dos seus fóros e liberdades, dentro dos quaes a auctoridade lhe pertence, e não ao Estado. A Casa dos 24, onde não cabem 25, segundo a castiça Tradição Portugueza.

E, por outro lado, a Instituição monarchica hereditaria, a qual como eixo fixo da conservação patria, atravez das vicissitudes dos tempos e dos homens, será revestida com attribuições legaes d'auctoridade propria. E em termos taes que a coloquem de facto acima de todas as autonomias, agrupamentos politicos ou financeiros, e interesses particulares de qualquer especie, para que possa com eficacia cumprir a sua missão, incarnando, e fazendo prevalecer o Interesse geral e nacional; isto é o interesse verdadeiro do Povo, contra os interesses dos modernos barões feudaes, do politiquismo que tudo enreda e perverte, e do ouro que tudo compra. . . . inclusivé a Imprensa, — espada de 2 gumes, que tanto póde abrir o caminho das grandes ascenções nacionaes, como ser conivente dos maiores crimes de lesa Patria.

E esta auctoridade superior, o Rei a exercerá com os seus Conselhos (de Estado, — da Defeza Nacional — e da Economia Nacional), onde se reúnem as maiores respeitabilidades e capacidades publicas, da sabedoria e da experiencia, administrativa e politica.

Segundo esse systema, a Monarchia, com o seu poder executivo, é equilibrada pela Democracia, com as suas autonomias, regionaes e corporativas. E na ponderação reciproca d'essas duas auctoridades, encontrará o Povo baluarte mais eficiente, do que na theorica divisão dos Poderes, da Carta de 1826, a qual divisão, não representa apenas um contracenso doutrinario, visto ser uno, por essencia, o Poder Nacional, mas ainda para mais ajuda, não garante cousa nenhuma visto que, em regimen parlamentarista, o *Razão eleitoral* impera e manda, como a antiga *Razão d'Estado* saltando por cima, sabrepondo-se, e varrendo objectivamente, todas as teias d'aranha subjectivas d'esse Direito Publico do seculo XIX, fundado na precaria contingencia d'humanas abstrações philosophicas.

O absolutismo do Terreiro do Paço, e a farça, das eleições, que o digam, a nós Portuguezes !

E apura-se, em resumo, que o genuino «Self-government», e a «Republica dos sonhos d'alguns», — que sinceramente respeito, — somos nós os Nacionalistas, — parece poradoxo, mas no fundo não é, — que havemos d'implantal-os (quasi que melhor diriamos reimplatal-os) na boa terra Portugueza.

Porque não ha duvida de que autonomias regionaes e profissionaes, — alem de serem a Cartilha primaria do Povo, no conhecimento e practica consciente da Administração Publica, — são tambem, para o «Governo do Povo pelo Povo», a pedra angular, e o instrumento insubstituivel. São republicas, dentro do seu ambito particular, essas autonomias, onde o «Self-government» se exercita a serio, com grande vantagem para a educação politica geral, e para a formação e desenvolvimento das virtudes civicas e sociaes.

Funcionarão essas Democracias externamente junto ao Estado por meio da sua representação, quer dizer, por meio da Representação Nacional, a quem cabe o Direito de votar os impostos e de pedir contas d'elles, e o direito tambem de propôr o que lhe pareça conducente. a bem dos interesses que representa ; mas a quem não cabe o direito de derrubar ministerios, não tendo as suas votações efeitos em tal sentido, salvo quando se trate de assumpto vital para a Nação.

•

Recapitulando os topicos principaes, vemos que a Monarquia Restaurada (conforme a entendo) :

1.º — Será o Estado correspondente á «Nação organizada» nos seus agrupamentos naturaes e sociaes ;

2.º — Será representativa, por meio de Côrtes, que se constituem com os representantes dos órgãos permanentes da vida nacional em todos os aspectos, de producção, intelligencia e espiritalismo ;

3.º — Organizará, — nos termos dos dois numeros antecedentes, — o sufragio universal organico e integral, em harmonia com a forma organizada da Nação ;

4.º — Introduzirá, no mecanismo das altas funcções do Estado, elementos permanentes de consulta e Governo, tendo em vista assegurar, na administração dos Negocios Publicos, a competencia, continuidade de direcção, e previsão de planos, d'onde fundamentalmente dependem a prosperidade e grandeza da Patria ;

5.º — Terá por principio uma franca decentralisação para o exercicio d'autonomias regionaes e sociaes ; e uma forte centralisação no exercicio do Poder, federador e unitario, da Nação Constituida ;

7.º — Não incluirá, — por natural exclusão de partes — partidos politicos como elementos da estrutura e do funcionamento constitucional do regimen.

Outubro, 1924.

H. de Paiva Couceiro.

Outra vez os literatos verdadeiros

Quando escrevi o artigo «Mais literatos verdadeiros», pensei que ele fosse discutido, mas nunca pensei que ele fosse mal interpretado, pois que tão claramente expuzera nele as minhas intenções de critico nacionalista e não literario, fique isto dito duma vez para sempre. Quando a escritora espanhola Carmen de Burgos que popularizou o pseudonimo de Colombine, isto ha mais de quatro anos, me pediu para fazer os perfis dos modernos contistas portugueses na antologia que deles fizera para a «Biblioteca Nueva» de Madrid, eu disse bem de alguns escritores por quem não tenho consideração literaria. Esse livro, apesar de entregue desde então ao editor que o encomendara, não saiu até hoje, mas, se saísse agora, eu não me envergonharia da bem que disse desses escritores como, já nesse tempo, não me envergonhei de dizer bem de alguns desses sobre os quais eu já não tinha illusões. De resto, as notas que dera á tradutora serviram depois para o artigo que publicou na revista de Madrid «Cosmopolis» e só não as publiquei eu em português porque delas não guardei o original. Se assim não fosse, ainda agora o faria, tão convencido estou que procedi como devia e apesar dum confronto entre elas e a conferencia a que este novo artigo serve de nova apostilla e um pouco de palinodia poder dar a impressão de que me contradigo. Note-se que nessa conferencia, escrita para ser lida no Brasil e lá publicada, não ha um ataque a ninguem. Se não se diz nela bem de quem sinceramente não se pensa bem, tambem, se não diz mal de escritor algum. Omitem-se apenas os nomes de muitos. E foi este, ainda, o processo adoptado no artigo anterior.

Vejamos agora a razão destas atitudes. Para mim a bôa critica, primeiro, não é a que deprime mas a que eleva, segundo, não deve ser exclusivamente literaria mas sujeitar-se a um ideal preconcebido e visar uma realidade determinada. Esta é, para mim, a critica bôa, util e nobre. Não compreendo nem a critica que destroi nem a critica que não constroi. Não construir é tão mau como destruir. E' preciso destruir o que é mau? E', mas o mau só se destroi com o olvido, porque a critica toda pode construir, destruir só destroi, seja ela qual for, com o silencio. Quando escrevemos para o estrangeiro, principalmente, nunca devemos enviar-lhe ou levar-lhe palavras de ataque ou, sequer, de diminuição. Quando Philéas Lebesgue escreve o que escreve no «Mercure de France» e na «Comœdia», que devemos nós pensar, ou por outra, que devem os estrangeiros, sejam eles brasileiros, pensar dum critico português que lhes diz que a literatura portugêsa não tem, por exemplo, pensamento? Quando pudermos, devemos dizer bem até daqueles de quem não pensamos bem. Não o querendo fazer quanto a estes, devemos calar os seus nomes mas nunca dizer mal deles. E se quanto ao estrangeiro devemos proceder assim, em nossa casa o processo não deve ser outro. Simplesmente aqui não é necessario e, ás vezes, não é possivel dizer bem de quem não pensamos bem.

E' claro que para a *vidinha* das letras isto é um mau processo, porque os literatos são um pouco como certas mulheres que gostam que lhes batam. Como tenho espalhado bastantes elogios e, tambem, algumas pancadas, cheguei novo á conclusão de que para

obter favores dos literatos é melhor bater-lhes do que dizer bem deles. Parece que o facto de dizer bem traduz aos seus olhos, da parte dos criticos, uma confissão de inferioridade ou de receio. Como nunca tive medo quero continuar a ter, apesar de tudo, a coragem prejudicial de dizer bem. Mas como tambem sei dizer mal e ha quem prefira os *ensaios de pancadaria* aos ensaios de critica um dia chegará a vez de por as cartas na . . . «Mêsa censoria», de que eu serei, já agora, o unico membro e, para lhes dar praser, só *Cardial Diabo*. De resto, eu tambem sou literato, mau se quizerem (façamos esta transigencia á hipocrisia social), e tambem quero ter o praser de levar o *troco* da pancada que der.

Este artigo vai revelando, nas expressões pouco academicas que o povo nos deu para defeza, tão certo é que, desde Camilo a Ricardo Jorge, nunca o academismo serviu para nada e foi o povo que deu sempre força e calor á diatribe ; vai revelando, dizia eu, um nervosismo que não costuma ser a minha temperatura neste genero de artigos. Quem já me leu nesta especie, a mais ingrata, da ingrata profissão de escrever, deve ter notado que, se qualidades tenho, uma é a da serenidade. Notem que chamei a isto profissão como podia chamar-lhe arte, vicio ou mania, pois se ser editor é pouco, ser escritor menos é como significado economico e, por enquanto, ainda não deixei de ser burocrata que é a melhor forma duma pessoa se tornar estúpida por pouco dinheiro. Aqui lhes faço a promessa de um dia lhes dar algumas «Notas á margem da vida burocratica» . . . por um mau burocrata, podem acrescentar se quizerem, porque não é por ahi que eu espero passar á posteridade.

Escrevo este artigo a uma mêsa do «Martinho». O «Martinho» é a vala comum de muitos que sonham com o Panteon. Eu confesso que não tenho essa aspiração, e aproveitando a «blague» do Gualdino da nova geração (nós tambem temos um Gualdino «double» de Fialho), não desejando ir para os *Jeronimos*, nem sequer desejo ir para o *Jeronimo Martins*. Vá isto sem menospreso para o nosso nem para o outro, o autentico Gualdino Gomes, pessoa digna de todo o respeito e pela qual tenho muita consideração, em que peze a certo Fialhinho amulatado que não sabe respeitar a velhice e só insulta quem vê que não pode aplicar á sua carcassa grotesca de Goncourt africano e zeloso funcionario o corrétivo dum pontapé.

Mas voltando ao «Martinho», pois já ia a entrar pelos dominios da «Brasileira» do Chiado, escrevo este artigo aqui muito propositadamente, como protesto contra o espirito de aqui e minha penitencia. O outro, escrevi-o para ser lido com o espirito mas, tambem, com o coração ; em todo o caso para ser lido ás mêsas de trabalho e não ás mêsas de café. Esqueci-me da possibilidade de ele ser lido aqui e, por isso, nunca esperei que exactamente um dos mais elogiados me pudesse atribuir propositos de armar em *chefe da geração*. *Chefe da geração*? Quando muito chefe de policia das letras, das vossas, das minhas, das nossas, enfim, que bem precisam dum policiamento a serio, que acabe com os adjetivos, com o elogio mutuo e exija, condição «sine qua non», para ser escritor em Portugal, ser português no que se escreve.

Não estranhe tambem, quem tal estranheza teve, haver nêle «um certo excesso de *felizes contemplados*». Eu não contemplei ninguem, porque ninguem precisa dos meus elogios. O que eu fiz, o que os novos precisam, é que os revelem uns, outros que os animem, outros que os incitem e outros ainda que, com o silencio, os emendem. Estamos

ACÇÃO REALISTA

entendidos? Espero que sim e, se não for desta, é porque não querem entender e, então, fico eu entendido sobre eles. Mas, se querem conselhos, vá lá um que é de peso : — leiam, leiam, leiam. Compreenderam ?

Ah ! se querem acreditar ainda na minha izeção, oiçam isto : — sacrifiquei voluntariamente alguns dos meus melhores amigos nas citações que fiz. E, é curioso porque é raro, nem todos esses se zangaram. Exemplos : — Augusto d'Esaguy, Ferreira de Castro e Julião Quintinha, cujos nomes não podia citar por razões especiaes desta revista e só como exemplos cito ; amigos a quem só devo provas de camaradagem e de lialdade, escritores a quem quero dar, já agora, as provas da minha consideração e da minha estima. E, para terminar, oiçam ainda : — João Ameal quiz provar-me que não cultivava apenas a galanteria, impropria das suas qualidades de escritor e da sua qualidade de novo. Confesso que não conhecia e não conheço ainda a sua obra completa onde creio haver manifestações serias, daquela seriedade que a hora da Patria nos impõe. O seu artigo «Os precusores» é já, no entanto, uma prova para mim do seu nacionalismo e a resposta mais inteligente, mais elegante e mais fidalga que o meu artigo podia ter. A João Ameal, mais do que os meus agradecimentos, as minhas felicitações. E ponto final, um ponto final definitivo neste capitulo e até ao dia em que, pondo-o em livro, lhe acrescente uma «Contra-prova.»

José Osorio de Oliveira.

No sábado, 22 : conferência pelo
dr. Alfredo Pimenta «O objectivo da
Acção Realista».

Os Enfermeiros de Lazaro

Sabem-no. Eu conto. E' do Evangelho !

Estava então enfermo um homem chamado Lazaro, que era de Bethania, na Judeia, poetica aldeiazinha agricola, onde com ele viviam Maria e Martha, suas irmãs. . .

Maria tinha ungido Jesus-Christo com balsamo, tinha-o limpado com os seus cabelos de pecadora. E as duas irmãs, com o irmão ás portas da morte, o Senhor fóra de aqueles arredores, mandaram dizer-lhe o perigo que o seu amigo corria. Jesus estimava-os devéras, a elas e ao irmão. Soube a noticia o Messias, e annunciou aos discipulos o seu regresso a Bethania, através da região infiel onde acabára de ser perseguido á pedra com os seus.

— «Voltaes lá, Senhor ! — Voltaes, Mestre !» — Estranhavam-no eles.

Foram. E já Lazaro estava sepultado, havia quatro dias ; e muita gente visitava as duas irmãs, a consolarem-nas. Ao aproximar-se Jesus, foi-se Marta ao caminho de Ele, e disse-lhe que, se Ele ali estivesse, não teria morrido Lazaro ; com fé inflamada esperava ela que Jesus pedisse a Deus a vida de aquele seu amigo, e Deus satisfaria o pedido.

— Ressuscitará, — retorquiou o Senhor.

Foi-se a Ele, Maria. Disse quasi as mesmas palavras da irmã, ardendo no mesmo amor e na mesma fé.

— Onde o puzestes ? — perguntou-lhe o Senhor.

— Vem, e vê.

Dirigiram-se ao sepulcro de Lazaro. Jesus chorou. Mandou retirar as pedras que o lageavam. O tumulo, onde o cadaver jazia, exalava o cheiro pestilento das corrupções.

— Se crêres, verás a gloria de Deus, — dizia brandamente Jesus para Martha. E, deante dos olhares espantados dos circunstantes, que a nós se nos revela tragicamente na simplicidade biblica, ergue-se o cadaver coberto de ligaduras a que o Mestre ordena :
— *Surge et ambula.*

*

Em a *Ilustre Casa de Ramires*, com o «o fidalgo da Torre» na sua fidalga *Torre de D. Ramires*, com as bravatas e covardias a que não faltava o eterno Videirinha com o *Fado dos Ramires*, e o Titó dos petiscos, vem os mil anos desde o Conde Ordonho Mendes, cheios de combates, heroismos, altivez, até o Gonçalinho que dá em Sr. deputado da Nação. E o Eça, para o fim, nas derradeiras laudas do livro a estabelece o paralelo entre o Gonçalinho, deputado eleito á custa de vergonhas, e. . .

— Quem ? — perguntou Padre Soeiro admirado, o bom do Padre Soeiro.

— Portugal, — respondeu unicamente o João Gouveia.

. . . «fogachos e entusiasmos, que acabam logo em fumo. . . a imaginação que o leva a exagerar até á mentira, e ao mesmo tempo um espirito pratico, sempre atento á realidade util. . . a esperança constante n'algum milagre. . . a desconfiança terrivel de

si mesmo, que o acobarda, o encolhe, até que um dia se decide, e aparece um heroe que tudo arrasa . . . » etc.

Por estas coisas todas e mais aquelas que não tem aqui menção, esse mesmo Portugal veio doente de aquelas Africas, aonde o mesmo Gonçalinho foi tentar a fortuna. De trambolhão em trambolhão, agora que os asares do Infortunio o levaram á ultima extremidade, *spiritum extremum trahens*, fóra da terra o Messias, eis ahí o Lazaro de Bethania, em casa das irmãs, que o vêem morrer lento. Pobre Lazaro !

Os enfermeiros são muitos. E o doente, o pobre Lazaro, corre o perigo da cura, peor que os pendores da doença. De 1820 para cá, Santo Deus, quantos enfermeiros ! Cada politico marcante no bilhar chinês da feira nacional, é um elixir que surge na mão mi-lagrosa de charlatão da praça publica. Os vintistas e a sua serie de salvadores «endirei-tas» vem num rosario de amarguras, até o momento presente em que o leitor aqui passe e pense ; poseram na nossa terra uma peste de ambulancia ; e nem os possuidores de boa pituitaria a maior parte das vezes dão acordo de si e do cheiro hospitalar, que tre-sanda em volta.

A Revolução de 20 veio acabar com a tirania, — purificar a Nação, entregando-lhe a soberania que o absolutismo attribuirá pessoalmente ao Rei, — purificar o Poder pelo goso dos direitos da Nação a quem o entregou. O desembarque de D. Pedro IV, as Sal-danhadas, pronunciamentos, casernadas até o 31 de Janeiro, tudo veio para acabar a ti-rania do antecedente, implantar definitivamente o reinado angelico e imaculado da Demo-cracia. As revoluções republicanas tem-se succedido sempre na mesma ; umas, para im-plantar o regimen verdadeiro do Povo pelo Povo ; outras, para um regimen mais consen-taneo com as realidades da Patria ; e as immediatas para acabarem com as precedentes, como a roda dos alcatruzes, em que vão pôr o proximo alcatruz da futura «bernarda» radical, o ultimo, conforme um orador do comicio recente no Parque de Eduardo VII, an-tes do comunismo.

Evidentemente, cada um pelo seu remedio, procuram todos salvar o doente. E as campanhas dos charlatães guisalham de todos os lados.

Querem lá saber d'aquella reacção fisica, procurada, esperada, que o medico esperto e atento procura provocar no doente ! Querem lá saber das leis da natureza humana, em suas eficiencias sociaes ! Querem lá saber de aquele principio eterno, que doma o homem á natureza, e adapta as sociedades ao meio em que vivem ! Querem lá saber das formu-las naturaes, criadas lentamente, pelos seculos adeante, não pela capacidade imaginativa mas pela necessidade real do homem biologico e social ! Querem lá saber do homem na equação sociedade !

Os principios, os sagrados principios, — remedio para as dores de dentes dos es-piritos desdentados, — esses formam deante da multidão dos adeptos o fantasma de len-çol, que aparece de noite para amedrontar a vizinhança e caír livremente nos braços da creada de servir, á espera do «medo» no quarto das trapeiras.

Quantos elixires, quantos enfermeiros, quantas amas secas, quantas enfermeiras de cruces espalhadas e multicolores ! Ele é a Carta, ele é a Constituição, manas vestaes, á espera do Convento do Hamlet ! Ele é o *Dianho* ! E o Lazaro, coitado, cada vez mais doente ! E cada tentativa em pratica é uma centena de ventosas na victima.

Agora apareceram também a pegar na seringa, para darem injeções no doente, ainda e sempre o Lazaro ás portas da morte, as chamadas *Forças Vivas*. Também elas surgem a moralizar o Poder, e a introduzir normas de sanidade higienica na publica governação do País. Que os governos desgovernam, e os novos enfermeiros acham enverganhada a sua missão com os desmandos ruinosos dos governantes.

Anda Jesus por fóra a prègar aos discipulos a verdade da sua palavra. E o Lazaro espera, agonizando no leito de morte.

Tem-se gasto muito tempo, muita tinta, e muito talento, — quer dizer que fica já muito caro o trabalho, — para mostrar qual será o melhor caminho de concretização dos protestos com que as *Forças Vivas* levantaram a voz. Não poderão essas forças fazer valer a sua voz, sem que se integrem na aspiração comum ! De facto poderão elas contar com o apoio moral do país ? Além de esta, ainda formulo outra pergunta. Tem elas hoje autoridade moral para captar a simpatia geral, e fazer compreender que ha na sua attitude nobreza e sinceridade ?

Eu não duvido da sinceridade e da nobreza, actuais, senão de todos pelo menos de muitos dos membros das Associações Economicas. Ha lá bom e mau, como em tudo que é humano, nos de cima e nos de baixo, em republicanos e monarchicos. Mas ha tanto que se atiram as culpas da situação actual para os costados das *Forças Vivas* ; portanto tempo elas tem sido acusadas de riquezas illegitimas, açambarcamentos desonestos, de jogatinas desenfreadas na alta dos generos alimenticios ; por tantas vezes e razões se tem acusado a lavoura de antipatriotismo, a industria de pilhagem, o commercio de latrocinio. E o commercio, industria e lavoura, nunca protestaram, não acusaram nunca os causadores da sua e nossa desgraça, não se levantaram contra os assaltos dos governos, contra o mercado da Grande Guerra, contra os esbanjamentos, os aumentos de circulação fiduciaria, contra o descredito, as revoluções, as crises, o parlamento, etc.

Por isso justifico a pergunta : terão autoridade moral, para, por causa de selagem de garrafas e botijas, levantarem tão grave alarido, que se não sabe aonde irá ? Não será uma nova barulheira da Aviação aplicada ao commercio, industria e lavoura, para tudo ficar como antes ? Não será obra de garrafas com rolha ?

Uma acção de exemplo podem as Associações Economicas prestar. E' a solidariedade geral, a cohesão de todos por um e um por todos, que esse tão pouco é já grande coisa nesta terra de medrosos e meiindrosos, onde desde a tropa aos sindicatos revolucionarios se não vê obedecer toda a gente á mesma voz, ao interesse comum, á palavra dada.

E no fim, perguntar-se-ha ; e que lucra a comunidade com a orientação das Associações ? Um governo de lavradores, de industriaes, de comerciantes, seria tão bom como um governo de militares, de carpinteiros, ou de empregados de cemiterio. Que resolvia ? Onde as competencias ? Formar um Parlamento de representação de classes ? Era necessario que se definissem as classes, e antes de isso, para fins concretos, sabermos o que eram as classes, como eram, e se constituíam. Pois decerto ninguem ia formar um Par-

lamento assim, considerando o país bem representado por uns tantos lavradores, comerciantes e industriaes. E o resto do país? E a Republica? E a Carta?

De mais, para que o movimento iniciado surtisse efeito nesse sentido, era preciso que esse parlamento correspondesse como uma parte ao todo em que estava encaixado. Um parlamento aí com um rebento serodio de Côrtes Geraes, e estas mesmo ainda a meio-pau, podia viver na engrenagem democratica? Quem lhe permitia as funções? Reformas ás côdeas são como os letrados que se ficaram nas primeiras letras. Ou se fazem inteiras ou ficam aos remendos em capa de mendigo.

*

O protesto contra a selagem, que podia ter-se feito ha muito contra o comercio do luxo, contra a carestia de vida, é um interesse particular. Creio que torna antipatica a irritação das Associações Economicas. Receber-se-ia com uma simpatia geral o protesto concreto contra o Estado, em que as Associações beneficiassem imediata e tambem concretamente o interesse dos consumidores. Discursos inflamados, em que se ouve falar muito, demais, em republica, — reuniões de espalhafato publico, — portas fechadas, — que dá isso?

O governo tinha dois caminhos honestos a seguir. Ou, como legitimamente democratico, se entendia democraticamente com as Associações; ou, como vilão a quem meteram a vara na mão, faz o mal e a caramunha, e apela para a força, como se a força resolvesse alguma coisa. Ora, não quis transigir, conferenciar, parlamentar com elas. Recorreu ás bravatas do costume.

Radicaes e comunistas, estes açambarcando aqueles, fizeram comicio depois de os cooperativistas terem protestado em frete governamental contra as *Forças vivas*; esses tem levado a discussão para caso diferente, irritantes e politicantes. Os que não andam a foguetes, esperam; não crêem no remedio, mas esperam que da parte dos que lhes tem feito, no seu entender exclusivamente, a vida cara, tenham decidido enfim proporcionar-lhes melhores condições de viver.

. . . é o «heroe que tudo arrasa»? Haverá alguem que venha fazer uma coisa em termos? O Lazaro espera, cheio de dores, com o corpo coberto de adesivo, pontos naturaes, sinapismos, ventosas, sanguessugas, como essas jarras de estampilhas ou cintas de charutos que as meninas Soisas mostram ás visitas. . .

Oxalá encontrem alguma injeccão benefica ao pobre doente. Mas. . . casa onde não ha pão, todos gritam e ninguem tem razão. E. . . *surge et ambula*, ou, como o outro, para deante e bom caminho.

Luis Chaves.

ÉCOS

«S. João de Deus — Um Herói Português no século XVI»

E' este o título do novo livro que vai aparecer brevemente e que representa a estreia literaria da Senhora Condessa de Nova Gôa. Além de um verdadeiro primor literario, tem o grande merito de ser um aprofundado trabalho de investigação historica; enaltece as virtudes de um Português, que foi um dos grandes vultos da Igreja Católica, cuja acção humanitaria e filantropica chega aos nossos dias e se afirma nesses hospitais de alienados e infelizes onde os Irmãos de S. João de Deus continuam a obra do fundador. Aguardamos com o maior interesse o valioso trabalho, que desde já recomendamos aos nossos leitores. E, além do merecimento literario e historico do livro, interessa-nos a circumstancia de sabermos que a Senhora Condessa de Nova Gôa realisa por obras as maximas cristãs e os preceitos da Monarquia tradicionalista, merecendo-lhe todo o interesse as ideias por que pugnamos.

O Povo e a Restauração da Monarquia

Na propaganda intensa e entusiastica das doutrinas anti-democraticas, nós não podemos evitar infelizmente que se formem preconceitos e equívocos na intelligencia dos que nos escutam. Um desses erros, que muitos pseudo-democraticos, — que mal sabem o que é a democracia — nos atribuem, é pensar que na nossa acção nacionalista, prescindimos do apoio e da alma do povo, da dedicação de todos os portugueses para a obra gloriosa do renascimento de Portugal. Não ha erro mais crasso, ignorancia mais profunda da nossa doutrina. Nós negamos e combatemos a superstição cretina do número, da maioria, como processo bárbaro de deliberar sobre assuntos que exigem estudo especializado, intelligencia culta e superior, conhecimento profundo da materia. Mas não podemos prescindir que o povo, num impetuoso movimento de solidariedade portuguesa, acompanhe com a sua alma e o seu patriotismo a nossa propaganda e, no futuro, quando vencermos, a obra da Monarquia, — o poder do Rei. A Monarquia restaurada é da nação e para a nação. Em toda a sua plenitude organica, a nacionalidade viverá no futuro Estado monarchico, liberta da anarquia esfaceladora dos partidos, da barbaria

da Urna — e das revoluções contínuas das maiorias e das minorias. Ao alto, centro vivo da unidade nacional, o poder do Rei equilibra, estabiliza e conserva perpetuamente as energias fecundas ao serviço da Grei.

Negamos esses dogmas abstratos e indemonstráveis da Soberania Popular, com todas as suas consequencias absurdas e perigosas. Paradoxo curioso, mas sempre verificado, dentro das democracias, que arvoram como uma bandeira de combate a vontade popular, o povo é a vítima sacrificada dos interesses de facções.

Na preparação do nosso combate em defeza de Portugal, dirigimo-nos ao povo, e contamos com o seu patriotismo inato, que não se socorre de retorica, mas combate e se sacrifica. O povo sempre nos acompanhará, e o Rei será o seu defensor natural, como, atravez de toda a nossa historia, se demonstrou, em exemplos eloquentes.

Vasco da Gama

No dia 25 de dezembro deste ano, comemorase o quarto centenario da morte do descobridor do caminho marítimo para a Índia. Já foi nomeada, com todas as formalidades burocraticas, uma comissão encarregada dessa comemoração. Nesta *vil tristeza* que se abateu sobre o nosso pais como uma sombra de morte, a memoria do herói esvai-se numa penumbra, como um fantasma que nos desconhece... Na verdade, como podemos celebrar, numa comemoração nacional, em que estremeça orgulho e o patriotismo se manifeste como um sentimento vital e profundo, se perdemos o amor da Patria e o sentido da alma colectiva? Como é que a Republica pode evocar a augusta figura do navegador. — se este regime simboliza a negação da Patria, na sua continuidade maravilhosa, que faz dos antepassados e das suas vidas de heroismo e de sacrificio exemplos sempre presentes, vozes de comando, sombras tutelares?

A Republica desconhece e repudia aquela essencia viva e palpitante que atravessa todo o nosso passado e constitui nos nossos dias a promessa gloriosa da libertação da nossa Patria. O Portugal da democracia não é o Portugal dos portugueses. Vasco da Gama será certamente evocado em lugares comuns de oratoria parlamentar e foguetes de arraiais republicanos. E talvez apareça algum imbecil que se lembre de dizer que o herói cristão foi um precursor da Republica...

O problema nacional

O sr. dr. Alfredo Pimenta escreveu na *Epoca* estas palavras acêrca do problema nacional: «Para mim, hoje, o problema portuguez é, antes de mais nada, um problema de natureza religiosa. Será através de Deus que nós podemos regressar ao Rei e á tradição — isto é, á Ordem integral.»

Não sei se nos arraiaes monarchicos alguma vez assim se encarou o problema nacional. Creio até que nos órgãos de opinião monarchica o problema religioso (raís de todos os outros problemas que somados dão a crise nacional) é considerado mais ou menos secundario. E se quizessemos dar desde já a explicação, diríamos que todos nós, monarchicos e republicanos, consideramos mais ou menos ostensivamente e reverenciamos com igual devoção a supremacia do poder temporal. Emquanto os republicanos caminham para a abstracção perigosa que é o Estado contra a Nação, nós, monarchicos, caminhamos para a outra abstracção não menos perigosa que é a nação acima de tudo. O poder espiritual — a Igreja — é para aqueles o inimigo que deve ser derrotado, e com logica, pois que é a Igreja a melhor mestra do verdadeiro nacionalismo e de todas as forças sociaes de verdadeiro progresso.

Para nós, monarchicos, é excelente, poderoso auxiliar a Igreja, mas, movendo-se numa esfêra diferente, diz-se, — não deve sobrepôr-se justamente ao poder civil. Eis o êrro que prova o fundo quantioso de liberalismo que nos informa ainda a mentalidade.

Ou se é pela Igreja contra a desordem, seja esta o liberalismo untuoso de maneiras, seja o bolchevismo de sangue, — ou contra a Igreja e consequentemente contra a sociedade. E' este o dilema que se nos antolha no momento difficil que atravessa a nossa civilização essencialmente cristã. Agir fora da Igreja, neste momento de decisões definidas, é agir com poucas probabilidades de sorte e em muitos casos ao contrario das nossas patrioticas intenções de ressurgimento nacional. A prova-lo estão estes quatorze anos de republica em que a acção da Igreja tem sido cercada até aos arbitrarios limites duma vexatoria tolerancia, que não deixa de ser perseguição, cujas consequencias graves são o espectáculo triste, confrangador, que arrancou da pena de Alfredo Pimenta as palavras com que começo este artigo.

E de quem é a quasi totalidade das culpas? De quem — senão de todos nós, monarchicos e catholicos, homens de ordem, e que trabalhamos para o ressurgimento patrio, mas que teimosamente voltamos as costas á Igreja, como se Esta não fosse a unica mestra da ordem? Ouvissemos nós a voz da Igreja, pedindo-nos obediencia aos seus ensinamentos, e não teriamos de lamentar na hora triste que passa a paganisação dos nossos costumes, na qual medram e frutificam todas as peiores tentativas de desordem social; obedecêssemos a essa voz sempre álerca desde a primeira hora, e não teriamos assistido impassiveis e aceitado com pouco menos que indiferença toda a legislação iníqua, anticristã, com que o regime feriu a religião e a familia, fóra das quais a sociedade é um bando de feras indomaveis.

Só através de Deus — da Sua Igreja — podemos regressar á ordem integral, porque só na ordem das consciencias se pode fundar solidamente a ordem social. E se á Igreja cumpre a salvação das consciencias, a nós como homens de ordem, não só como católicos, cumpre-nos lutar com Ela no campo legal contra as arbitrariedades do regime, cujo proposito sobretudo é descatolizar a nação. Senão, continuaremos a lamentar a desoladora paganisação do nosso povo que, odiando Deus, odeia a Patria, o Rei — a ordem social.

Antonio Fonseca.

NO PROXIMO NUMERO:

**Continuação da Carta aberta do
Comandante H. de Paiva Couceiro.**

III — Aspecto social.

A SEGUIR:

IV — Aspecto económico.

V — Conclusão.

Acção Realista Portuguesa

REUNIÃO IMPORTANTE

No dia 1 do corrente, efectuou-se uma reunião conjunta da Comissão Executiva da A. R. P. e das Comissões Financeira, do Jornal, dos Combatentes, e da Sede, Junta Municipal de Lisboa, delegados distritais, colaboradores da revista etc.

Presidiu o sr. cons.^{re} Antonio Cabral. Appreciou-se largamente a situação dos monarchicos tradicionalistas dentro da Causa, verificando-se uma completa unanimidade de vistas e concordancia com a acção desenvolvida pela Comissão Executiva.

Tratou-se tambem do próximo aparecimento do jornal, e os delegados provinciais deram conta dos trabalhos de organização e propaganda realisada nas suas terras.

Antes de se encerrar a sessão, foi votada por aclamação uma saudação ao comandante Henrique de Paiva Couceiro e todos os presentes se comprometeram a concorrer intensamente para o triunfo dos principios que a Acção Realista representa.

AS NOSSAS CONFERENCIAS

No proximo sabado, 22 do corrente, realiza-se, pelas nove horas da noite numa das salas do palácio Murça, travessa de André Valente. 7, amavelmente cedida para esse fim, a primeira duma série de conferencias promovida pela Junta Municipal de Lisboa da Acção Realista Portuguesa.

Será orador o nosso talentoso camarada sr. dr. Alfredo Pimenta que versará o tema: «O objectivo da Acção Realista».

Só tem entrada na sala os sócios das Juventudes Monarquicas Conservadoras e as pessoas inscritas na Acção Realista.

Pelo enorme interesse com que são sempre escutados a palavra elegantissima e o conceito profundo do nosso estimado colaborador, e atendendo ao assunto versado e a que é esta a primeira con-

ferencia que a Acção Realista promove, é de esperar que as salas do palácio Murça sejam pequenas para conter os ouvintes do dr. Alfredo Pimenta.

EM TORRES NOVAS

O nosso amigo sr. Antonio Jardim Montesão, encarregado pela Comissão Executiva da organização da Acção Realista em Torres Novas, onde aquele dedicado camarada goza de grande influencia, promoveu naquela importante vila, uma reunião de monarchicos aos quais expôs o programa e fins da A. R. P. e o desejo de que se constitua a Junta Municipal de Torres Novas.

As impressões colhidas foram as mais lisongeiros possiveis, estando marcado para breve uma grande reunião de elementos preponderantes do concelho — com representação de todas as freguezias — para a organização de mais um baluarte da Monarquia tradicional anti-parlamentar.

Daqui saudamos os homens-bons de Torres Novas sempre dispostos a defender os seus principios, especializando os srs. Visconde de São Gião e seu filho, e o nosso inteligente camarada Jardim Montesão, a quem abraçamos pela bela propaganda que realizou.

VISITAS AMIGAS

De passagem em Lisboa por motivo da reunião de 1 de Novembro, deram-nos o prazer da sua visita os srs. conde de Silves, dr. Antonio Valadares Botelho, e Joaquim da Mota Capitão.

Os nossos agradecimentos.

TRANSCRIÇÃO

O nosso prezado colega «Correio da Noite» transcreveu na integra o artigo do sr. H. de Paiva Couceiro que publicamos no numero anterior.

Agradecemos.

A SUBSCRIÇÃO

PARA

O Jornal da Acção Realista

aberta por esta revista

Transporte.....	10.243\$000
M. N. (Carviçais).....	5\$000
Lino da Costa.....	2\$500
José Abrantes.....	5\$000
Anónimo.....	5\$000
D. Carolina da Silva Bicker.....	10\$000
Feliciano José Cabeça.....	10\$000
Conde de Felgueiras.....	200\$000
Francisco Cordeiro Mateus.....	100\$000
José Pereira Duarte.....	10\$000
A. B. P. (quota mensal).....	2\$500
Antonio Valadares Bôtelho.....	1.250\$000
Anónimo.....	50\$000
A. B. (New Bedford).....	135\$150
N. N. (Londres).....	525\$000
Nuno d'Orey.....	300\$000
Visconde de Sardoal.....	500\$000
Antonio Barboza Campelo.....	220\$000
Pedro de Vasconcelos.....	250\$000
D. Maria de Vasconcelos de Sousa Menezes.....	300\$000
Dr. Antonio F. C. B. Pais do Amaral.....	200\$000
Antonio Barbêdo de Vasconcelos.....	100\$000
Joaquim Homem Cabral.....	200\$000
Total.....	<u>14.623\$150</u>

A nossa subscrição aumenta de dia para dia, o que nos vem provar que o espírito monarquico e a fé na Causa sagrada da Patria não se encontram agonizantes. A nossa esperança é invencível, indomável a combatividade dos que desejam libertar a nação e reatar o fio perdido do nosso tradicionalismo. Avante por Portugal!

PROPAGANDA!

PROPAGANDA!

ERRATA. — A soma da ultima lista da nossa subscrição veio *gralhada*. Em vez de 9.313\$000 deve-se contar 10.243\$000.

A ACCÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primárias a **FAMILIA, o MUNICIPIO e o SINDICATO PROFISSIONAL.**

A constituição dumas **CORTES GERAIS** representativas dos interesses da **IGREJA, da TERRA, da INTELIGENCIA e da PRODUÇÃO.**

MREI que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSAVEIS PERANTE ELE:**

Um **MONARQUIA**, aemfim, liberta de todas as mentiras democraticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NACIONAL.**

Monarquicos! Inscrevei-vos

na

Accção Realista Portuguesa

Rua da Barroca, 59, s/loja — LISBOA